

Ensino também vai mudar

Algumas medidas gerais também estão sendo discutidas pelos professores que elaboram o Plano de Educação do Distrito Federal, e entre elas está o resgate da tipologia original das escolas da Fundação Educacional. As Escolas-Classe são destinadas aos alunos da 1ª à 4ª séries de 1º grau, os Centros de Ensino, atenderiam da 5ª à 8ª séries e os Centros Educacionais dariam apenas o 2º grau. "Só que hoje temos uma salada onde se pode encontrar mais de 90 situações diferentes. Isso dificulta a administração", salientou o professor Raimundo Goes.

Outra preocupação da Comissão é com o ensino rural. As quase 100 escolas rurais da Fundação recebem hoje o mesmo tratamento que as urbanas, o que para os debatedores, representa uma distorção porque "temos que adaptar o ensino à realidade da população". Segundo Raimundo Goes e o currículo dessas escolas deveria ser adaptado à vida do campo, com calendário escolar flexível em função das épocas de plantio e colheita, quando todos estão envolvidos com o trabalho no campo. A presença de profissionais qualificados, com conhecimentos da realidade do meio rural, também é considerada indispensável pela comissão.

A presença da Inspeção de Ensino nas escolas oficiais durante muitos anos não ocorreu, e o novo Plano Educacional deverá estabelecer essa ação co-

mo fundamental para o bom desenvolvimento das atividades educacionais. Nos últimos anos o Governo estava voltado para a qualidade das escolas particulares, deixando de lado a rede oficial, o que contribuiu para a degradação do ensino, certamente. "A inspeção funcionará como ação corretiva imediata do Estado e como medidas preventivas que evitem as deturpações do ensino", ressaltou Goes.

A participação da comunidade na gestão da escola através do Conselho Diretor - do qual participam professores, pais e alunos maiores de idade - instituído pelo Conselho de Educação, mas que não saiu do papel, está sendo observado pela Comissão como uma forma de estimular a comunidade a dar sua contribuição e exercer uma ação fiscalizadora. O Conselho autorizou uma experiência de três anos para 100 das quase 500 escolas do Distrito Federal, mas não houve implantação efetiva. A comissão quer a institucionalização desse colegiado.

Além da parte pedagógica, o plano tratará de aspectos administrativos, particularmente no que se refere à preparação de recursos humanos. Todas essas idéias serão discutidas na jornada de professores da rede oficial, de 3 a 7 de novembro, com representantes de todas as escolas. Essa discussão, segundo o coordenador dos trabalhos da comissão, dá um caráter democrático ao Plano que pela primeira vez está sendo elaborado com a participação de toda a comunidade educacional.